

ELEIÇÕES 2022

# Brasileiros devem ir às urnas sem aumento real de renda e com inflação em alta

Eleitores parecem entender que maus resultados da política econômica se devem à gestão Bolsonaro

LORENA G. BARBERIA

29/07/2022 13:25

Atualizado em 29/07/2022 às 14:16



Crédito: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Faltando 70 dias para o primeiro turno das **eleições de 2022** no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro oficializou no último domingo (24) sua candidatura à reeleição. Semelhante às suas falas nas últimas semanas, Bolsonaro insiste



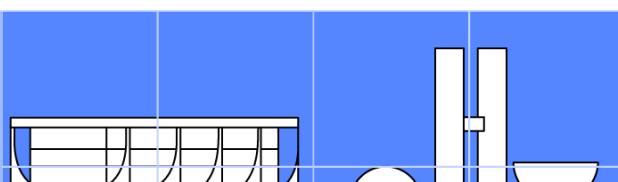
Contrariamente às afirmações do presidente, prognósticos do desempenho da economia brasileira não são nada otimistas. **As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI)** de abril de 2022 previam um crescimento real de 0,8% em 2022 para o Brasil, uma taxa menor que todas as outras economias da região, com exceção do Paraguai, que deve crescer 0,3% (ver Figura 1). Em contraste, o FMI tem uma previsão mais favorável para as outras economias da região. Para a Venezuela, por exemplo, que Bolsonaro frequentemente considera uma economia em colapso, o FMI prevê um desempenho duplamente superior ao da economia brasileira.

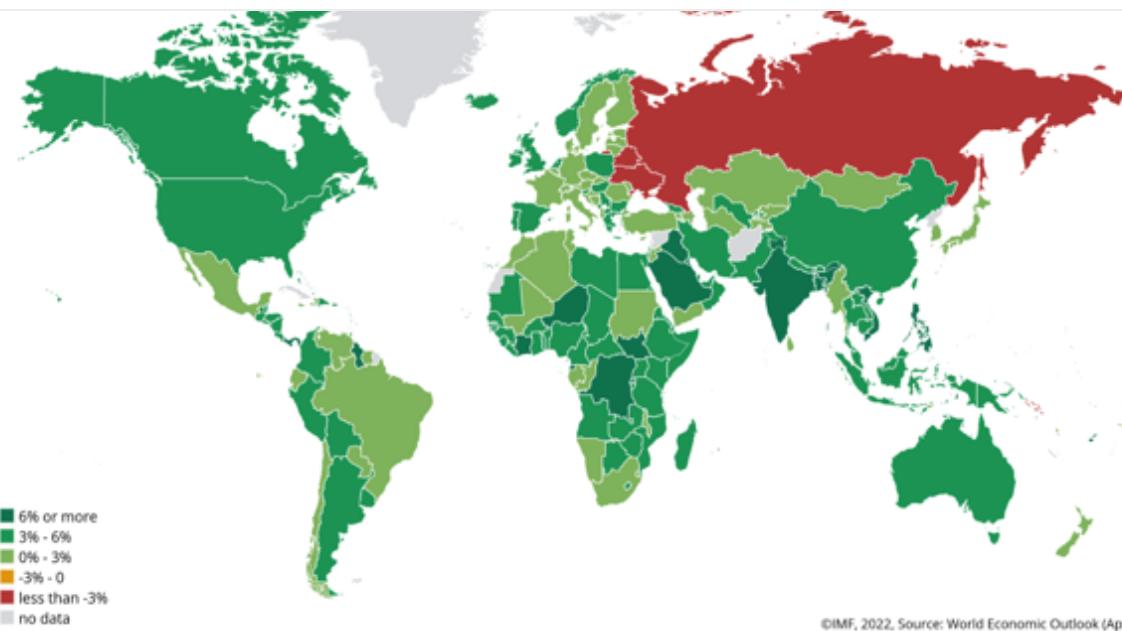
O desempenho da economia venezuelana pode ser comparado ao ritmo de crescimento da chilena. A Colômbia, que acaba de eleger o ex-senador e economista Gustavo Petro em uma eleição histórica e excepcional, foi projetada a crescer 5,8% neste ano. Mesmo com esta tendência promissora do desempenho da economia, os eleitores colombianos elegeram um candidato da esquerda para governar o país pelos próximos quatro anos. É um fato inédito na história da Colômbia, que nunca elegeu um candidato declaradamente de esquerda.

## Jornalismo SOB DEMANDA

**Inteligência política e jurídica para empresas**

**Saiba mais**





Fonte: FMI, World Economic Outlook (2022)

Os severos problemas econômicos que o Brasil enfrenta contrastam com os argumentos que Bolsonaro tem defendido desde o início da pandemia. Em seu discurso no último domingo, o presidente fez questão de destacar que seu governo não admitiu sacrificar o crescimento econômico para salvar vidas. Como ele afirmou em seu discurso, “em 2020, onde muitos obrigaram todos a ficar em casa, eu falei: vamos combater o vírus e também fazer com que a nossa economia não seja destruída com a obrigação de ficar em casa”. Na véspera de nova eleição presidencial, essas afirmações parecem não estar produzindo os resultados esperados.

Considerando que seu principal oponente é oriundo do Partido dos Trabalhadores (PT), chamou a atenção a ausência da discussão de temas como emprego e renda no recente pronunciamento de Bolsonaro. Isso surpreende porque o mandatário não se referiu em momento algum aos dados econômicos relativos à sua gestão. No caso do desemprego, os dados divulgados pelo IBGE para o segundo trimestre de 2022 apontam que há uma melhora significativa da taxa de desocupação, retornando aos níveis do primeiro ano do governo Bolsonaro, antes da pandemia.



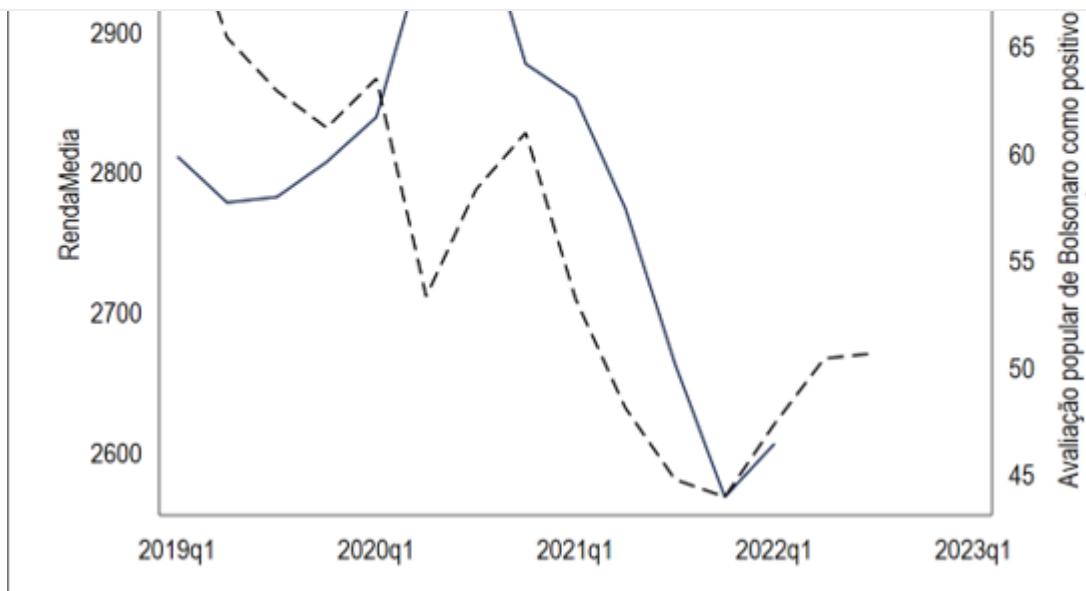
---

rendimento médio mensal real da população residente teve um aumento, o país vive uma queda sustentada do rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

A queda nos rendimentos afeta não só o trabalhador em si, mas toda a população que depende dos mesmos, entre eles aposentados e pensionistas em geral. Em parte, estas quedas podem ser explicadas pela crescente inflação, um **tema que já nos dedicamos a analisar nesta coluna**. Na oportunidade, procuramos enfatizar que os níveis de inflação no Brasil são comparativamente superiores aos níveis observados em outros países, sugerindo que há fatores além do contexto internacional que afetam este fenômeno no Brasil.

Ademais, como os dados da Figura 2 indicam, os eleitores brasileiros parecem entender que os maus resultados da política econômica do país se devem à administração do governo Bolsonaro. Isso porque há uma correlação entre renda média e avaliação do governo Bolsonaro.

**Figura 2 – Avaliação popular de Bolsonaro como positivo ou regular e renda média, dados trimestrais de 2019 até o 1º trimestre de 2022**



Fontes: IBGE e Agregador do **JOTA**

Qual é a solução que o presidente parece visualizar para uma melhoria na vida dos brasileiros? Em suas recentes manifestações tem feito uma única promessa para um possível primeiro ano de um novo governo: que o aumento temporário do Auxílio Brasil será mantido em 2023 em R\$ 600. E, para este auxílio não perder seu poder de compra, Bolsonaro explica que o combate à inflação ao longo do último ano priorizou uma estratégia de “trickle-down economics”, ou seja, exonerar os impostos federais do gás de cozinha (desde 2021), do diesel (há quatro meses) e estabelecer um teto no ICMS, este sob responsabilidade dos governos estaduais. Em teoria, estes cortes irão estimular a economia e gerar crescimento.

Com base nestas políticas e em outros tímidos investimentos na infraestrutura energética e rodoviária, o presidente chegou a afirmar recentemente: “Tenho certeza: teremos deflação no corrente mês”. Ou seja, ao contrário de uma campanha que promete produzir trabalho, renda e fortalecer o Estado de bem-estar social, Bolsonaro sinaliza que irá concentrar sua campanha em promessas baseadas em programas para transferir renda para os mais pobres, para caminhoneiros e taxistas e enfrentar a crescente inflação via redução de impostos.



Consumidor), o valor atual do auxílio deveria ser de R\$ 734 para seu valor ser equivalente ao de maio de 2020.

O auxílio emergencial foi concedido para 68 milhões de brasileiros, mas, aos poucos, o número de pessoas que recebem o benefício foi diminuindo. Atualmente, 18 milhões de pessoas recebem o Auxílio Brasil. Ou seja, 50 milhões de pessoas foram excluídas de receber qualquer auxílio do governo federal, mesmo nos casos de famílias que permanecem em uma situação de vulnerabilidade (ver Tabela 1).

Ao contrário do Bolsa Família, não há um programa social por trás do Auxílio Brasil. Com isso, não há como esse programa fortalecer as famílias em suas trajetórias de mobilidade social e econômica. Com o teto de gastos, a ampliação deste programa tem implicações e provavelmente resulte em cortes em gastos em educação e saúde, duas áreas negligenciadas e prejudicadas ao longo da pandemia, em situação crítica, se comparadas com a de outros países, ou com níveis inferiores de investimentos demonstrados em anos anteriores aos do atual governo.

**Tabela 1 – Auxílio emergencial e Auxílio Brasil**

Programa e data de início	Total de benefício	Total de parcelas	Número e tipo de beneficiários	Total de recursos alocados
Auxílio emergencial (abr. a dez.2020)	R\$ 600 e depois R\$ 300	5 e 4	68 milhões de brasileiros incluindo trabalhadores informais, desempregados, contribuintes individuais do INSS e MEIs	R\$ 230 bilhões
Auxílio	O valor era	7	40 milhões de	R\$ 102



	<p>mais de uma pessoa e que não fossem chefiadas por mulheres receberam R\$ 250 e famílias chefiadas por mulheres, R\$ 375</p>		<p>pessoas com renda familiar mensal de até três salários mínimos da época (R\$ 3.300) ou ter renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo da época (R\$ 550)</p>	
Auxílio Brasil (nov.2021 a dez.2022)	<p>O valor permanente, equivalente ao atual benefício do Bolsa Família, terá reajuste de 20%. O valor da transação irá variar para garantir que pelo menos R\$ 400 sejam pagos aos beneficiários até o final de 2022.Um adicional de R\$ 200 começará a ser pago na folha de agosto até dezembro</p>		<p>17,5 a 18,1 milhões de brasileiros</p>	R\$ 106 bilhões

Fontes: Ministério da Cidadania e **g1** (2021)

O desempenho econômico e as promessas do candidato à reeleição são suficientes para aumentar as intenções de voto e, principalmente, reduzir os elevados índices de rejeição? Os dados de popularidade de Bolsonaro,



sem aumento real de renda, sem investimentos em bem-estar social e com inflação em alta. E sobre isso, Bolsonaro não oferece uma estratégia para o período 2023-2026.

**LORENA G. BARBERIA** – Professora doutora com livre docência do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora científica da Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade, membro do Observatório Covid-19 Brasil e da Rede Brasileira Mulheres Cientistas. Pesquisadora principal do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) da USP e pesquisadora principal do Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da FGV-SP

**Editorias****Temas****Sobre****Atendimento****Siga o JOTA**

Poder

Ebooks

Quem Somos

Contato



Tributário

Congresso

About Us

Trabalhe

Saúde

LGPD

Blog

Conosco

Conheça o JOTA PRO

Opinião e  
AnáliseAnvisa  
Eleições

Ética JOTA

**Assine**Coberturas  
EspeciaisCarf  
Liberdade de  
ExpressãoPolítica de  
diversidade**Cadastre-se**TCU  
Covid-19  
PIS/Cofins

Termos de uso

Seus dados

FAQ